

DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DA SUB – BACIA DO RIO ABÍAI, ALHANDRA – PB

Gabriel Carlos Moura Pessoa (1); Matheus Patrick Araújo dos Santos (1); Yargo Lúcio Gentil (3);
Aline Costa Ferreira(4)

*Universidade Federal de Campina Grande, gabrielcarlospessoa@hotmail.com¹; Universidade Federal de Campina Grande, matheus.patrick4@gmail.com²; Universidade Federal de Campina Grande, yargogentil@gmail.com³,
Universidade Federal de Campina Grande, alinecfx@yahoo.com.br⁴*

1. Introdução

A região Nordeste do Brasil ainda apresenta um elevado índice de pobreza, atrelado a isso uma discrepância socioeconômica muito grande da região Sudeste. Seja por apresentar um sistema falho de educação e uma menor renda per capita, ou até mesmo pela falta de políticas públicas que visem um melhor desenvolvimento. As regiões mais desenvolvidas são as que mais consomem os produtos oriundos das fazendas de cultura da zona rural e de forma indiscriminada no cultivo agrícola. (PERES, 2007).

Algumas comunidades rurais vivem basicamente da agricultura familiar, todavia se faz necessário a preservação do meio ambiente com práticas de conservação de solo e água. Existe ainda o descarte errado e reutilização de embalagens de agrotóxicos, gerando danos ao meio ambiente e a saúde humana. Dentre todas as políticas públicas voltadas à prestação de serviços, a classe trabalhadora configura como o grupo com os aspectos mais críticos do quadro sanitário. Embora os sindicatos brasileiros apresentem uma importância histórica na conquista de melhorias na assistência, ainda estamos longe de uma realidade satisfatória, e um dos pontos críticos está vinculado à saúde do trabalhador (GOMES e LACAZ, 2005).

Hoje, a falta de conscientização e de informação acerca do adequado uso do solo acarreta uma grande perda em todos os sentidos, tendo como consequência o aumento da salinidade, aumento do custo da produção, compactação do solo, processos de erosão e lixiviação. As consequências para a saúde humana e o ambiente decorrentes dos agrotóxicos introduzidos no processo produtivo agrícola são uma questão de saúde pública que vem sendo discutida e tratada nas comunidades rurais.

Segundo FERREIRA (2006), o diagnóstico socioeconômico tem por objetivo identificar a situação social, econômica, tecnológica da determinada população do meio rural, no sentido de avaliar a deterioração socioeconômica das famílias da comunidade, para com isso buscar melhorar a qualidade de vida daquela bacia hidrográfica.

Segundo ANDRADES (2010), o fluxo de sedimentos nos rios vem ser formado pela junção de sedimentos oriundos de fontes diferentes, daí a identificação vai nos permitir avaliar as implicações das práticas conservacionistas sobre a erosão hídrica.

1.1 Objetivo do Trabalho

O presente trabalho tem por objetivo realizar um diagnóstico socioeconômico em uma comunidade rural do município de Alhandra – PB, constituindo uma sub bacia do Rio Abiaí. Tal diagnóstico tem por objetivo conhecer o perfil dos entrevistados, suas práticas agrícolas, uso de solo, renda, educação e etc. Afim de buscar e/ou propor melhorias para o desenvolvimento da comunidade junto com a preservação do meio ambiente.

2. Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido na sub bacia do rio Abiaí, a bacia localiza-se no litoral Sul do Estado da Paraíba, entre as latitudes 7°10' e 7°30' Sul e entre as longitudes 34°48' e 35°06' Oeste, com a comunidade rural de Subauma pertencente ao município de Alhandra – PB.

Foi aplicado questionário na comunidade no ano de 2015 e depois de 2 anos foi aplicado novamente o mesmo questionário, afim de conhecer o perfil da comunidade nos mais diversos fatores, buscando-se então um diagnóstico socioeconômico da comunidade. Os procedimentos adotados na pesquisa foi proposto por (ALINE 2006), onde consiste em adotar os elementos descritos a seguir.

Fator social: variáveis - demográfica, habitação, consumo de alimentos, participação em organização, salubridade e saúde.

– Fator econômico: variáveis - produção, animais de trabalho, animais de produção e comercialização, crédito e rendimento.

– Fator tecnológico: variáveis - tecnológica maquinário e industrialização rural. – Fator prioritário: variáveis gerais.

3. Resultado e Discussão

A idade média do chefe familiar na comunidade foi entre 48 e 52 anos, quanto ao grau de instrução dos mesmos 80% foi de analfabetos, a minoria que apresenta algum grau de instrução não passa de um ensino médio completo. Mostrando-se então a necessidade da comunidade em incentivos a educação para os adultos.

Os núcleos familiares são compostos por um valor médio de 6 pessoas. Quando indagados da presença de pessoas estranhas na casa “se residem”, apenas 20% das casas tinham moradores sem ser da família. Já o nível de escolaridade das famílias são bem baixos, 80% dos entrevistados afirmaram que tem apenas ensino fundamental.

Esses resultados podem confirmar que falta um programa eficaz de inclusão de jovens e adultos na comunidade, seja pela falta de uma escola ou pela falta de incentivo as pessoas mais velhas. Pois trata-se também de uma questão cultural.

Para variável habitação, mais da metade dos moradores tem um bom tipo de moradia, outros apresentam casa de tijolos apenas não tão boas, mas ambas com redes elétricas monofásicas e presença de eletrodomésticos. Poucas casas ainda apresentam banheiro fora da casa cerca de 15%, todos tem acesso a água potável, muitas vezes oriunda da rede pública, mas também devido a poço/água doce.

O saneamento básico não chegou por completo a população rural, isso se confirma pelo fato de 60% da população fazer eliminação livre de esgoto, já a parte restante tem posso negro em suas residências. A coleta de lixo é realizada pela prefeitura alguns dias na semana.

A falta de preocupação com o meio ambiente e a saúde são refletidas na eliminação de embalagens de agrotóxicos pelos agricultores. Cerca de 90% dos agricultores descartam em qualquer lugar ou até mesmo reaproveitam para outros fins e a falta de EPI na aplicação dos mesmos.

As famílias na comunidade que vivem da agricultura tem uma produtividade média, suas propriedades não apresentam área de florestamento nem de mata nativa, o que traduz uma falta de conscientização ambiental no local. A maioria dos produtores rurais vendem sua produção para intermediários, a baixa produção de origem pecuária muito remota na comunidade também é vendida a intermediários e outra pequena parcela é consumida pelos próprios produtores.

A renda da comunidade é praticamente toda oriunda da agricultura, uma pequena parcela da comunidade vive de aposentadoria e recebe auxílio do Bolsa Família. No geral a comunidade apresentou uma renda média de 1 – 2 salários mínimos. Entretanto, após voltar na comunidade em 2 anos o combate à desigualdade por parte da prefeitura foi notado, visto que a mesma está desenvolvendo um programa de auxílio financeiro para as famílias mais carentes do seu município. Melhorando assim, a qualidade de vida de todos.

Os pequenos produtores relataram não utilizar nenhuma fonte de crédito agrário, onde os bancos da região segundo os mesmos passaram a dificultar os empréstimos. Apenas 20 % dos produtores rurais contam com crédito, pois tem uma maior propriedade e mediante isso mais facilidades.

As propriedades rurais tem tamanho menor do que 20ha para a maioria dos produtores rurais, cerca de 87%. Nas mesmas, a prática de adubação é frequente e as ferramentas utilizadas são em suas maior parte manuais, havendo para os maiores produtores a necessidade de em determinadas épocas alugar máquinas agrícolas para determinada atividade. Todavia, voltando na comunidade depois de 2 anos, foi relatado que a nova gestão do município adquiriu tratores e vem fornecendo apoio aos pequenos produtores e emprestando tratores para tais fins, entretanto ainda não atendendo a todos os pequenos produtores rurais.

FERREIRA (2006) afirma que, a falta de maquinário agrícola ocasiona uma menor capacidade de produção nas propriedades, sendo importante o uso coletivo entre os pequenos produtores afim de diminuir os custos com a aquisição de tal tecnologia.

Se faz necessário que a Secretária de Agricultura do município busque fornecer acompanhamento e assistência técnica de um Engenheiro Agrônomo para os pequenos produtores, ou até mesmo, uma parceria com a EMATER ou outros órgãos, pois há uso indevido do solo, não havendo práticas de conservação do solo e os agricultores não tem conhecimentos de nenhum tipo de prática de conservação, apenas os grandes agricultores que fazem uso de algumas práticas para conter erosões, visto que podem acarretar sérios prejuízos para eles, entretanto a conservação do solo em outros aspectos não é envolvida.

4.0 Conclusão

Na avaliação da deterioração socioeconômica da sub bacia do Rio Abíai, observou-se uma grande deficiência no fator social, visto que há um grande número de analfabetos nos chefes de família e poucos com nível médio completo. Sendo necessário o incentivo por parte da Prefeitura afim de mudar toda essa realidade, seja com a instalação de uma escola e/ou programa de educação de jovens e adultos.

Todos os produtores rurais da comunidade participam de uma associação, sendo a mesma o Sindicato Rural, porém tem-se uma falta de incentivo a melhor produção e aumento da mesma com dificuldade em acesso ao crédito para os pequenos produtores. Para que a produção dos pequenos produtores possam melhorar é importante o acompanhamento de profissionais especializados por

parte da Secretaria de Agricultura do município, como também a busca de parcerias com órgãos como a EMATER, para que assim possam melhorar tanto sua produção como também a proteção ao meio ambiente, conservando o solo e a água, adotando-se práticas de uso e conservação do mesmo.

5.0 Referências Bibliográficas

ANDRADES FILHO, C.O. **Análise Morfoestrutural do porção central da Bacia Paraíba(PB) a partir de dados MDE-SRTM e ALOS-PALSAR FBD.** Dissertação (mestrado e sensoriamento remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. 150f, 2010.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; LUZ, C. Os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 4, 2007.

GOMEZ, C. M.; LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 797-807, 2005.

FERREIRA, A. C. 2013. 42p. **Diagnóstico Sócio-Econômico da Microbacia Hidrográfica do Riacho da Serra, São José do Sabugi, PB** – Monografia (Graduação em Engenharia Agrícola) Universidade Federal de Campina Grande, PB. 2006.